

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.229 - PR (2020/0261077-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : FABIANO ALVAREZ DOS SANTOS
ADVOGADO : GUSTAVO DO AMARAL PALUDETTO - PR048777
AGRAVADO : COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E
INVESTIMENTO UNIAO PARANA/SAO PAULO - SICREDI
UNIAO PR/SP
ADVOGADO : RICARDO RIBEIRO - PR042550

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por FABIANO ALVAREZ DOS SANTOS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL PENHORA DE VALORES EM POUPANÇA ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE INTENSA MOVIMENTAÇÃO DE VALORES DESVIRTUAMENTO DECISÃO MANTIDA VERIFICADO O DESVIRTUAMENTO DA CONTA POUPANÇA UTILIZADA COM MOVIMENTAÇÃO TÍPICA DE CONTA CORRENTE DEVE SER AFASTADA IMPENHORABILIDADE PREVISTA NO ART 833 INC X DO CPC RECURSO NÃO PROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 833, X, do CPC, no que concerne à impenhorabilidade de conta - poupança até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Data máxima vênia ao entendimento do douto julgador singular, como também da Egrégia Câmara Cível os quais negaram o pleito do Recorrente, sem ainda pretender adentrar o meritum causae, a fim de que não haja colisão com a Súmula 7 desta Corte, mister novamente frisar, que o dispositivo do art. 833. inciso X. do Código de Processo Civil qualifica como absolutamente impenhoráveis os depósitos em caderneta de poupança. quando não ultrapasse o equivalente ao montante de 40 (quarenta) salários mínimos, não havendo em relação a maneira como deva ser utilizada, nem tampouco, eventual limitação em relação a sua movimentação atípica, desde que não haja implícita má-fé em fraudar os credores, o que não se

vislumbra no caso em análise. A ordem jurídico-positiva, nesse azo, privilegiou a sobrevivência pessoal do cidadão em prejuízo de outros débitos (fls. 73).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega divergência jurisprudencial quanto à interpretação do dispositivo supracitado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que concerne à primeira controvérsia, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Em detida análise dos extratos da conta poupança juntados pela agravante (mov. 100.6 e 100.5), referentes aos dois meses anteriores ao bloqueio (abril e maio/2019), é possível verificar que se trata efetivamente de conta poupança, no qual havia um saldo inicial de R\$ 19.291,84 (em 31/03), passando a R\$ 24.107,48 (em 30/04), para alcançar ao final o saldo de R\$ 16.261,27, bloqueado judicialmente. A movimentação havida é, de fato, típica de conta corrente com muitos débitos de valores (compra eletrônica de Hard Skate Center, Genkjo Shimabokuru, Lojas Mil, Espaço Animal, Posto Trevo, Auto Posto Santa Fe, Mc Donalds, Cacau Show, mercado pago, Supermercado Camilo, entre muitos outros), bem como com pagamento de títulos (Banco Sicredi no valor de R\$ 1.723,00), além dos saques. É possível considerar assim revelado o alegado desvirtuamento, devendo ser mantido o bloqueio determinado (fls. 55).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Superior Tribunal de Justiça

Em relação à segunda controvérsia, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, pois, a despeito de ter sido apontada a alínea "c" do permissivo constitucional, a parte recorrente não indicou expressamente o acórdão tido por paradigma, o que impede eventual análise da divergência de interpretações.

Nessa linha: “Nas razões do recurso especial, não foram apresentados acórdãos paradigmas para a comprovação do alegado dissídio jurisprudencial a respeito da configuração do dano moral. Tal deficiência impede a abertura da instância especial, nos termos da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, neste Tribunal”. (AgRg no AREsp 728.706/RJ, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 13/10/2015.)

Observe-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp 1.019.207/SC, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 1º/8/2017; AgRg no AREsp 545.856/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 19/2/2015; e AgRg no AREsp 431.782/MA, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/5/2014.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente